



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 390, DE 2023
(Do Sr. Alberto Fraga)

Susta a aplicação do Decreto nº 11.764, de 31 de outubro de 2023, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PDL-388/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º _____, DE 2023

(Do Senhor Deputado Alberto Fraga).

Susta a aplicação do Decreto nº 11.764, de 31 de outubro de 2023, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada a aplicação do disposto no Decreto nº 11.764, de 31 de outubro de 2023, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Poder Executivo editou, em 31 de outubro, em edição extra do Diário Oficial da União, o DECRETO Nº 11.764, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022. Nessa linha, em suma, aumentou tais alíquotas de atuais 29% para até 55% para armas, notadamente.

Na sua justificativa, apresentada em nota de imprensa, apesar de constar a questão de desarmamento da população civil, combate à criminalidade e cadastramento das armas, a motivação principal fica clara



logo no início da mensagem: “(...) a medida tem potencial de arrecadação da ordem de R\$ 342 milhões em 2024, R\$ 377 milhões em 2025 e R\$ 414 milhões em 2026, um total de R\$ 1,1 bilhão”.

Ou seja, ante as dificuldades em fechar as contas para manutenção da verdadeira “gastança” do Poder Executivo, com déficit fiscal crescente, com gastos como aqueles da dança sensual-macabra do Ministério da Saúde, o Governo resolveu atingir os cidadãos que licitamente desejam comprar armas e os que as possuem, pois é abusivo o aumento também sobre munições, na faixa de 25%. Ademais de inviabilizar a compra de armamentos e munições, a medida atinge até mesmo “sprays” de pimenta, normalmente utilizado por mulheres para defesa contra abusos.

Enfim, como se pontua, além da sanha arrecadatória, a medida é claramente ideológica, buscando perseguir e dificultar a vida de certas categorias e parte dos cidadãos, notadamente aqueles que votaram contra o Presidente da República de turno. A vingança não tem limites, pois prejudica, por exemplo, policiais, militares e outras categorias que necessitam de armamento particular, ademais dos esportistas. O possuidor de armas deve ter treino constante para evitar acidentes e atuação precisa e, nessa linha, se o Poder Executivo desconhece, é importante pontuar que policiais comprem munição para treino, pois as corporações não possuem orçamento adequado para tanto.

Não tem como não se afirmar que o Governo é contra os policiais, militares e outros agentes públicos, mais uma vez. E, de modo especial, ressalto os policiais e militares aposentados que têm necessidade de comprar armas e munições. É uma verdadeira afronta.

Nesse contexto, o art. 49, V, da Constituição Federal, estabelece ser competência do Poder Legislativo, sustar os atos normativos, especialmente do Poder Executivo, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa. Noutro dispositivo constitucional, o art. 150, IV, o Constituinte vedou a utilização de tributo com efeito confiscatório.

Por imposto confiscatório, aliás, devemos compreender alíquotas que atinjam de forma gravosa o valor da propriedade ou da renda do contribuinte,



Claramente é o caso, especialmente daqueles que necessitam de armas e munições e que não são ricos, como policiais e militares. Está claríssima essa situação.

Enfim, o Governo tem apetite arrecadatário infinito, ademais de conduta ideológica de perseguição contra policiais e outras categorias com autorização de posse e porte de armas, contra esportistas, contra as empresas fabricantes de armas e munições e as que prestam serviço de segurança privada. Aliás, quem deseja controlar a criminalidade não torna mais caro a segurança privada, sabidamente complementar da segurança pública.

É necessário pontuar nesse contexto que o Governo, na sua bulimia por recursos, objetiva, nesse ponto, atingir exatamente a segurança privada, pois é quem mais compra munições no mercado, pois o Poder Público não recolhe tributos. A medida, nesse ponto, é exatamente contrária ao que se informa combater, pois ou se aumentam os preços dos serviços de segurança (inclusive prestados ao Estado) ou se diminui a qualidade, com menos treinamentos e trocas de munições.

Policiais, militares e outros não são categorias de elite como aponta o Governo Federal com essa medida inominável. No fundo, há uma restrição elitizada de armas e munições, pois o Governo Federal não deseja cidadãos comuns, especialmente policiais e militares, armados de modo seguro. É a elitização da compra de armas e munições.

Aliás, neste Governo Federal onde há ministros que passeiam por áreas de domínio de tráfico, até sem segurança e de motocicleta descumprindo leis de trânsito, e que assiste inerte o crescimento da violência, asfixia não o criminoso, mas o cidadão que vive na legalidade. Aliás, o criminoso quando quer uma arma não a compra na loja pagando impostos, traz por meio da fronteira, porosa como nunca, pois na sanha arrecadatária e de perseguição ideológica, e gastos com passeios e eventos culturais, não há espaço para políticas de segurança sérias e eficazes.

Por fim, qualquer intervenção econômica do Estado, como no caso de tal aumento de impostos, somente se legitima quando se der em virtude da



proteção dos princípios estabelecidos constitucionalmente. Assim, tal intervenção deve priorizar a formação de uma ordem econômica justa, que propicie a existência digna de todos e com justiça social. Como falar em justiça social se haverá, claramente, prejuízo à segurança pública e privada?

Ante o exposto, por ser medida de proteção das garantias constitucionais do contribuinte e do cidadão que vive na legalidade, e de empresas que geram empregos e riquezas, é que solicito aos colegas parlamentares a aprovação deste Decreto legislativo.

Sala das Sessões, em 1º de novembro de 2023.

Deputado Alberto Fraga





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

DECRETO Nº 11.764, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2023/decreto11764-31-outubro-2023-794886-norma-pe.html
---	---

FIM DO DOCUMENTO